

## PACTO NARCÍSICO DA BRANQUITUDE: O PRIVILÉGIO DA PERMANÊNCIA DO SILÊNCIO

Lucilene Guimarães Athaide\*

Ligia Isis Pinto Bernar†

BENTO, C. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

Maria Aparecida Bento ou Cida Bento é uma mulher negra brasileira, nascida no bairro da Casa Verde, Zona Norte de São Paulo, autora da obra *O Pacto da Branquitude*. Foi a primeira pessoa de seu grupo familiar a ter ensino superior e a fazer mestrado e doutorado, pelos quais aprofundou os estudos sobre o processo de seleção de pessoas negras e brancas em oportunidades de emprego ofertadas por organizações da sociedade civil, empresas públicas e privadas.

Foi uma das fundadoras do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (Ceert), nos anos de 1990, em São Paulo. O centro reúne pesquisa, consultoria, formações e intervenções em prol da equidade racial nos espaços de trabalho, no sentido de “propiciar a realização de diagnósticos da equidade dentro das instituições públicas e privadas, e a partir dele elaborar conjuntamente planos de ação para incidir no ambiente de trabalho, tornando-o mais equânime” (Bento, 2022, p. 99).

Em 2015, a autora foi eleita pela revista britânica *The Economist* uma das cinquenta pessoas mais influentes do mundo no campo da diversidade, e em 2022 lançou o livro *O Pacto da Branquitude*, no qual se aprofunda sobre a permanência e a manutenção do que conceituou como “pacto narcísico da branquitude” por meio de sua tese de doutorado, intitulada *Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações*

\* Doutoranda em Ciências da Comunicação, com área de concentração em Processos Midiáticos na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos-RS). Mestre em Ciências Sociais (2021), com área de concentração em políticas e práticas sociais também pela Unisinos. Membro do Grupo de Pesquisa Sibitxi: Gênero, Justiça e Saúde em contextos africanos e latino-americanos, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unisinos-RS e do Grupo do Laboratório de Circulação, Imagem e Miatização (LACIM), do PPG em Ciências da Comunicação, também da Unisinos-RS. E-mail: lucileneguimaraes@hotmail.com

† Mestre em Ciências da Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia pela Universidade Federal do Pará (2024). Integrante do Grupo de Pesquisa Comunicação, Política e Amazônia (COMPOA - UFPA) e integrante do Projeto de Pesquisa Ecoaras - Comunicação, Democracia e Modos de (R) Existências de Mulheres na Amazônia. E-mail: bernarligia@gmail.com

*empresariais e no poder público*, defendida na Universidade de São Paulo (USP), em 2002. Ou seja, depois de 20 anos, as problemáticas da tese seguem atuais e relevantes, merecendo a publicação em formato de livro.

Nas últimas décadas, a pesquisadora se dedicou a estudar a branquitude, as relações raciais, de gênero e suas consequências, que resultam nas desigualdades sociais e raciais presentes no Brasil. Para Bento, o pacto narcísico da branquitude é mais uma forma, sutil e organizada pelo silêncio, de reproduzir o racismo, mais especificamente o racismo institucional:

Sempre entendi como acordos tácitos, como pactos não verbalizados, não formalizados. Pactos feitos para manter em situação de privilégio, higienizados de usurpação que os constituiu. E que se estruturam nas relações de dominação que podem ser de classe, de gênero, de raça e etnia e de identidade de gênero, dentre outras (Bento, 2022, p. 120).

Para a autora, a manutenção do pacto narcísico da branquitude está atrelada à compreensão, por parte das pessoas brancas, de que o racismo seja um problema restrito aos negros. Cida Bento mostra aos seus leitores que este entendimento é equivocado. As pessoas brancas também têm responsabilidade sobre o racismo, afinal foi o grupo racial branco que teria inventado e implantado os termos “raça” e “racismo” no Brasil.

Assim, a autora argumenta que vivemos em uma sociedade racializada, marcada pela compreensão de que o branco é uma categoria universal e que os negros seriam “os outros”. A dificuldade que as pessoas brancas possuem em reconhecer que fazem parte de um grupo racial, que é dominante, considerado como “[...] padrão, ou seja, pessoas brancas se vendo como referência de humanidade” (Schucman, 2012 *apud* Bento, 2022, p. 65) coincide com a visão de universalidade e neutralidade dos sujeitos brancos herdada pela colonização europeia que “inaugurou um sistema mundial capitalista que ligou raça, terra e divisão do trabalho, conferindo substância à relação de dominação que se constituiu” (Bento, 2022, p. 36).

A ferida colonial (Cal; Brito, 2020; Kilomba, 2019) ainda não superada até os dias de hoje se perpetua em diversos espaços da sociedade brasileira. Entre estes está o campo do ambiente de trabalho em instituições públicas e privadas, investigados esmiuçadamente por Cida Bento, os quais reproduzem uma divisão entre sujeitos negros e brancos a partir da “estrutura de nossas organizações, os elementos que fomentam a supremacia e a história que gerou ônus para uns e bônus para outros” (Bento, 2022, p. 129).

Nesse sentido, a obra escrita por Bento obedece a uma lógica metodológica, consequência de três décadas dedicadas à pesquisa. Os cinco primeiros capítulos são voltados para contextualizar, de forma didática, a literatura da formação social e racial da história do Brasil para as leitoras e os leitores que não estejam familiarizados com o tema, evidentes nos capítulos 2 - “Branquitude e colonização europeia” e 3 - “Capitalismo Racial”. Os referenciais teóricos do campo de estudos sobre raça, branquitude, gênero e racismo aparecem nos capítulos 1 - “O pacto narcísico”, 4 - “Personalidade autoritária, masculinidade branca e nacionalismo” e 5 - “O campo de estudos sobre branquitude”.

Nos capítulos 6 - “Racismo Institucional” e 7 - “O caso das mulheres”, Bento traz os conceitos de gênero e raça à luz da perspectiva da psicologia organizacional. Nesse sentido, ela busca compreender “como as desigualdades de raça e gênero são engendradas no interior das instituições públicas e privadas” (Bento, 2022, p. 69).

A partir das entrevistas com mulheres - ora responsáveis pela contratação em processos seletivos de vagas de emprego, ora candidatas às oportunidades de postos de trabalho -, os casos revelam situações de discriminação e injustiça raciais quando do outro lado da mesa estavam mulheres negras; e de manutenção dos privilégios e vantagens sociais da branquitude quando mulheres brancas estavam com o poder de decidir as contratações.

Os capítulos 8 - “Enfrentando os desafios: Ceert” e 9 - “Projetos de transformação” abordam o surgimento do Ceert, que tem Bento como uma das fundadoras e atualmente conselheira. Há relatos sobre os desafios enfrentados em determinadas empresas, quando Bento estava à frente de palestras e funcionários brancos ficavam desconfortáveis com medo de perder seus cargos para pessoas negras.

No último capítulo, 10 - “O momento presente”, a psicóloga Cida Bento relembra o assassinato brutal do congolês Möise Kabagambe, no Rio de Janeiro, em 2022, e faz um retrospecto da conjuntura política brasileira, pois no momento da produção da obra *O Pacto da Branquitude*, Jair Bolsonaro ainda cumpria seu mandato enquanto presidente do Brasil. O trabalho precarizado estava em alta no país, consequência do desmonte das políticas públicas educacionais, da saúde pública e da pandemia. Marcas de um governo que desprezou as populações socialmente marginalizadas.

Para Bento, o debate sobre as desigualdades tem avançado e chegado em quem, historicamente, não se envolvia ativamente. E para se opor ao chamado “bolsonarismo supremacista branco”, uma parte da população branca tem se posicionado mais e perguntado:

“O que podemos fazer para destruir esse sistema tão desigual e perverso? Qual é o nosso lugar de brancos e brancas antirracistas?” (Bento, 2022, p. 122). As respostas precisam vir das pessoas brancas, a partir de uma agência antirracista e diária efetivas a fim de quebrar o pacto narcísico, até então, (in)violável da branquitude.

## REFERÊNCIAS

CAL, D.; BRITO, R. S. Desatando o nó de uma ferida colonial. In: CAL, D. G. R.; BRITO, R. S. (org.). **Comunicação, gênero e trabalho doméstico: das reiteraões coloniais à invenção de outros possíveis**. Curitiba: CRV, 2020. p. 13-18.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MELO, D. O bolsonarismo como fascismo do século XXI. In: REBUÁ, E. *et al.* (org.). **(Neo) fascismos e educação: reflexões críticas sobre o avanço conservador no Brasil**. Rio de Janeiro: Mórula, 2020. p. 12-46.

SCHUCMAN, L. V. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo**. São Paulo: Veneta, 2020.

RODRIGUES, M.; MARTINS, M. A. Um ano após morte de Moïse, família diz que quiosque ‘dá problema’, lamenta demora no julgamento e espera deixar o país. **G1**, Rio de Janeiro, 22 jan. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/01/22/um-ano-apos-morte-de-moise-familia-diz-que-quiisque-da-problema-lamenta-demora-no-julgamento-e-espera-deixar-o-pais.ghtml>. Acesso em: 7 abr. 2023.

Recebido em: 05/07/2023

Aceito em: 22/11/2023